



Políticas e estratégias empresariais de controle territorial: a VALE S.A e os embates na Serra do Gandarela/MG

Corporate policies and strategies of territorial control: VALE S.A and the conflicts in the Serra do Gandarela/MG

Claudia Marcela Orduz Rojas – Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: claudiaorduzrojas@gmail.com.

Doralice Barros Pereira – Graduada e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Minas e doutora em Geografia pela Universidade de Montréal. Professora Associada III da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: pereiradb@yahoo.com.br

Resumo

Estimulada pela demanda externa de minério e pelos altos preços das commodities minerais, a Vale S.A tem adotado políticas e estratégias de controle territorial visando monopolizar as principais províncias minerárias do Brasil. A partir de consultas documentais e entrevistas com comunidades locais, analisamos as políticas e estratégias empresariais utilizadas pela Vale S.A na Serra do Gandarela/MG, uma região ainda inexplorada do Quadrilátero Ferrífero. Suas políticas de controle territorial podem ser divididas em dois grupos: o primeiro reúne políticas formais de compra e aquisição de terras na região objetivando a instalação de projetos minerários bem como a criação de áreas protegidas. O segundo agrupa políticas e estratégias para garantir o apoio local, conquistar segmentos sociais específicos e fragilizar e/ou eliminar manifestações de resistências. Concluímos que por meio dessas iniciativas, conduzidas de maneira simultânea, a mineradora tem assegurado o acesso e controle territorial e a reprodução do seu espaço de produção.

Abstract

Stimulated by global ore demand and the high prices of mineral commodities, Vale SA has adopted policies and strategies of territorial control in order to monopolize the main mining provinces of Brazil. From documentary research and interviews with local communities, we analyzed Vale's corporate policies and strategies applied to the region of Serra do Gandarela/MG, an unexplored mineral deposit of the Quadrilátero Ferrífero. Their territorial control policies can be divided into two groups: the first one gathers formal policies of purchase and acquisition of land properties in the region aiming the establishment of mining projects and the creation of protected areas. The second one groups policies and strategies that seeks to ensure local support, win specific social segments and weaken and/or eliminate manifestations of resistance. We conclude that through these initiatives, conducted simultaneously, the mining company has guaranteed territorial access and control and the reproduction of its production space.

Palavras-chave

Controle territorial, Serra do Gandarela, Quadrilátero Ferrífero, Vale S.A

Keywords

Territorial control, Serra do Gandarela, Quadrilátero Ferrífero, Vale SA

INTRODUÇÃO

“Essa Serra toda que você olha, que você enxerga é da Vale. Aqui está ficando só o miolo. Só o miolo da rua” (Morador, Comunidade de Socorro, junho 2013)

As lutas pelo uso, apropriação e controle dos recursos naturais e do território têm marcado profundamente a história do Brasil desde os tempos coloniais até nossos dias. Elas têm se intensificado nas últimas quatro décadas do século XX, período auge da globalização neoliberal (MARTÍNEZ ALIER, 2007; PORTO-GONÇALVES, 2006), com a urbanização de países emergentes com expressivas áreas territoriais, alta densidade demográfica e alto Produto Interno Bruto (PIB), como o Brasil, a Rússia, a Índia e, principalmente a China. Nesse período, a produção de minério de ferro – uma das principais commodities brasileiras - experimentou um crescimento logarítmico sem precedentes como resultado da valorização das commodities minerais no mercado internacional e o crescimento da demanda global (IBRAM, 2012). Entre 2000 e 2011, a produção de ferro passou de 212 milhões de ton/ano para 390 milhões, contribuindo para que o Brasil se tornasse o segundo maior produtor de minério de ferro no mundo, e um dos mais importantes *global players* na produção mineral mundial após a China e Austrália (CNI *et al.*, 2012).

Sintonizado com a perspectiva de manutenção da “inclusão internacional” nos mercados globais, o Brasil experimenta nas últimas décadas o aprofundamento de políticas desenvolvimentistas dirigidas a estimular os investimentos nesse setor (MALERBA *et al.*, 2012). Tais investimentos estão concentrados nas maiores províncias minerais do País: Minas Gerais e Pará, responsáveis por 67% e 23% da produção brasileira de minério de ferro (IBRAM, 2012). No estado de Minas, a garantia da manutenção da produção tem contribuindo para a abertura e expansão de “novas fronteiras da mineração”. Uma dessas áreas é a Serra do Gandarela, uma região localizada na porção centro/nordeste do Quadrilátero Ferrífero, que concentra importantes depósitos de minério de ferro ainda inexplorados em grande escala. Nesse cenário grandes empresas transnacionais que atuam na região - como a Vale S.A – tem adotado políticas e estratégias objetivando o acesso, apropriação e controle do território e dos recursos nele presentes.

Nesse artigo analisamos justamente essas políticas e estratégias empresariais utilizadas pela transnacional para garantir o controle territorial da/na Serra do Gandarela. É importante salientar que não foram analisadas aqui as reações e respostas das comunidades afetadas para evitar e/ou frear o avanço desse processo nos seus territórios. Essas reações foram amplamente analisadas

em outro trabalho (ROJAS, 2014) que as mostrou como grupos sociais que se organizaram, mobilizaram e lutam para defender seus territórios.

Os dados foram coletados em trabalhos de campo entre outubro de 2012 e setembro de 2013, em duas fases. A primeira fase, exploratória, objetivou o reconhecimento e aproximação com a área de estudo, o estabelecimento dos primeiros contatos com os moradores locais e a identificação dos atores-chave para a realização de entrevistas semi-estruturadas. A segunda fase compreendeu a realização de um estudo de caráter etnográfico em sete comunidades: três localizadas no interior do Sinclinal Gandarela (André do Mato Dentro, Cruz dos Peixotos e Socorro) e as outras quatro localizadas nas bordas externas do Sinclinal (Conceição do Rio Acima, Vigário da Vara, Paiol, Galego).

No total, foram efetuadas 31 entrevistas semi-estruturadas com apicultores, coletores de musgo, agricultores, moradores mais velhos e lideranças locais objetivando conhecer como os moradores das comunidades locais percebem o processo de controle territorial da Vale S.A. na região. As informações coletadas nos trabalhos de campo foram complementadas com a análise de documentos como: o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do projeto da Mina Apolo; a Ata e os Documentos Síntese dos dois Grupos de Trabalho (GT 1 e GT 2) instituídos pela Secretária Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD) voltados a apresentar as propostas de usos futuros para a região; o Relatório de Sustentabilidade da Vale S.A de 2012; e o Informativo trimestral da Vale S.A. em Mariana, Ouro Preto e Catas Altas (Abril-Junho 2013).

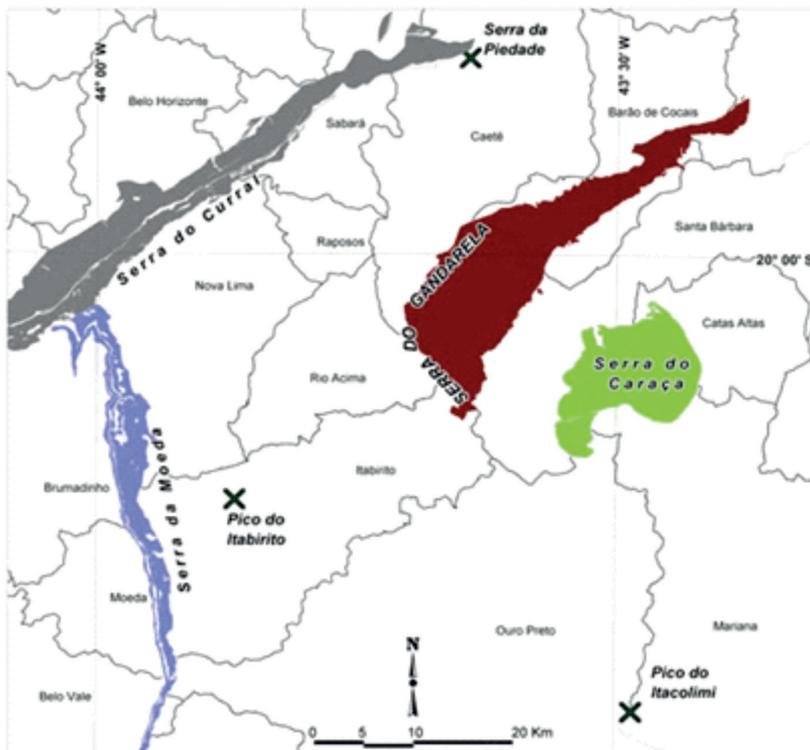
Esse artigo traz reflexões divididas em três seções. Na primeira apresentamos uma contextualização regional da Serra do Gandarela elencando os principais atributos geográficos, naturais e sociais da região. Na segunda seção analisamos as políticas denominadas formais ou legais de compra e aquisição de terras utilizadas pela Vale S.A. para a instalação de projetos minerários e criação de áreas protegidas. Na terceira seção nos debruçamos sobre as políticas e estratégias aplicadas pela mineradora para garantir o apoio local, conquistar segmentos sociais específicos e fragilizar e/ou eliminar as manifestações de resistências. Nessa seção, tentamos compreender a forma complementar do *modus operandi* da empresa.

1. A SERRA DO GANDARELA E O PROCESSO DE INTENSIFICAÇÃO E EXPANSÃO DA MINERAÇÃO NO QUADRILÁTERO FERRÍFERO

Localizada na porção centro/nordeste do Quadrilátero Ferrífero, a Serra do Gandarela possui uma extensão de 466,6 Km² abrangendo parcialmente

seis municípios: Santa Bárbara, Barão de Cocais, Caeté, Rio Acima, Raposos e Itabirito (LAMOUNIER, 2009). A região possui dois distritos: Conceição do Rio Acima e Socorro, e cinco povoados: André do Mato Dentro, Cruz dos Peixotos, Paiol, Galego, e Vigário da Vara. De acordo com o último censo do IBGE, a população residente em 2010 nas sete comunidades locais contabilizava 742 habitantes (IBGE, 2010).

Figura 1 – Localização da Serra do Gandarela no Quadrilátero Ferrífero



Fonte: ROJAS, 2014

Em termos geológicos, a região é formada por rochas do Supergrupo Minas que concentram importantes depósitos de minério de ferro como, também, depósitos de ouro, ocre limonita, bauxita, brita, calcário e urânio (LAMOUNIER, 2009; ROJAS, 2014). A região apresenta a maior área de afloramentos ferruginosos – comumente conhecidas como cangas – do Quadrilátero Ferrífero que além de congregarem um elevado número de espécies raras e endêmicas, contribuem para a recarga hídrica dos aquíferos (IGEL *et al.*, 2012).

Devido às suas especificidades geomorfológicas, a Serra do Gandarela detém uma riqueza hídrica excepcional observada pela grande quantidade

e qualidade de águas superficiais e subterrâneas que contribuem para o abastecimento público de água da capital e da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Ibid., p. 50). Para além do rico patrimônio geomorfológico, na região também podem ser encontradas paisagens de beleza cênica, fragmentos de Mata Atlântica e Cerrado – com elevada biodiversidade e altos níveis de endemismo - e sítios paleontológicos de importância nacional e mundial (IGEL *et al.*, 2012; LAMOUNIER, 2009).

A ocupação da Serra do Gandarela remonta ao período conhecido como “ciclo de ouro”, uma vez que a região foi um caminho de convergência e ligação entre Santa Bárbara e Ouro Preto. Embora a exploração aurífera na área durante este ciclo não teve a mesma intensidade que em outras “áreas das minas”, o trânsito pelos caminhos da mineração e a exploração de ouro nas cidades próximas fomentaram o surgimento de povoados na região que serviram tanto como base para os garimpeiros, como locais de produção de alimentos para as minas.

A presença humana na região tem sido responsável tanto pela conservação da natureza como pela introdução de novas espécies vegetais. A rica diversidade da flora local, a ocorrência de matas de candeia e a elevada disponibilidade hídrica têm permitido às populações locais da Serra do Gandarela desenvolver atividades econômicas agrícolas e extrativistas pouco impactantes, como a apicultura, a coleta de espécies vegetais e a agricultura familiar. A multiplicidade de usos, nos quais a terra aparece como um fator primordial, tem resultado na criação e recriação de formas sociais de forte inscrição local e na existência de territorialidades intensas (MARQUES, 2002).

A formação social e econômica da região também está ligada às atividades de reflorestamento e ao desenvolvimento da cadeia produtiva da indústria minero-metalúrgica e siderúrgica, caracterizada pela articulação entre mineração (exploração de jazidas minerais) e produção de carvão vegetal (extrativismo vegetal). Apesar de a Serra do Gandarela conter jazidas minerais, poucos e pequenos empreendimentos de mineração foram instalados no seu interior no transcurso do século XX. Por causa dessas características esses empreendimentos não afetaram significativamente a paisagem nem comprometeram as riquezas naturais da área (LAMOUNIER, 2009).

Desse modo, por um longo período a Serra do Gandarela permaneceu “protegida” e “resguardada”, ainda que parcialmente, dos interesses das empresas de mineração. Contudo, essa situação privilegiada pode ser transformada, uma vez que o Gandarela constitui-se hoje como uma importante fronteira de expansão da mineração no Quadrilátero Ferrífero (AMPLO, 2009). Nos últimos anos, a Vale S.A. demonstrou interesse na implantação e expansão de três projetos minerários

na região. O primeiro deles é o projeto da Mina Apolo, o mais importante dos três projetos em função da magnitude/porte do empreendimento. A mina Apolo é o maior investimento previsto pela transnacional em Minas Gerais e visa a substituição de minérios provenientes de outras minas de propriedade da empresa, localizadas no Quadrilátero Ferrífero, que se encontram em fase de exaustão (Ibid., p. 5).

O projeto deverá ocupar uma área total de 1.758 ha e prevê como atividades principais a lavra, beneficiamento e carregamento de minério de ferro. Segundo o EIA/RIMA a mina deverá produzir 24 milhões de toneladas de minério de ferro por ano (Mtpa) durante os próximos 17 anos (Ibid., p.14). No entanto, informações divulgadas recentemente pela mineradora, a produção da mina deverá atingir 37.5 Mtpa durante os próximos 30 anos (COELHO DE SOUZA, 2013).

Além do projeto da Minas Apolo, a Vale S.A também demonstrou interesse na expansão de outros dois projetos de exploração mineral de menor porte na região: o primeiro é a expansão da Mina Capanema, um empreendimento de extração e beneficiamento de minério de ferro (SEMAD/MG, ICMBio, 2011). O segundo é a reativação e ampliação da mina Baú, uma mina localizada nas proximidades da comunidade de Cruz dos Peixotos. Assim, com importantes projetos minerários previstos para a Serra do Gandarela e considerando sua importância geográfica/econômica significativa, perguntamos: Quais políticas e estratégias tem sido adotadas pela Vale S.A. para garantir o controle territorial e viabilizar seus empreendimentos de mineração na região?

2 ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS LEGAIS OU FORMAIS DE CONTROLE TERRITORIAL DA VALE S.A NA SERRA DO GANDARELA

Conforme mencionamos, o Quadrilátero Ferrífero é uma das principais províncias minerais do Brasil e do mundo. Na região, a exploração e comercialização de ferro e outros minerais (principalmente ouro) está concentrada em poucas empresas - estrangeiras e nacionais - que lideram a produção nacional e mundial de minério de ferro e ouro. A principal empresa que opera hoje na região é a Vale S.A, possuindo um total de 18 minas em atividade (BRASIL MINERAL, 2013).

A forte presença da Vale S.A no Quadrilátero Ferrífero tem sido resultante da política de aquisição de grandes glebas de terras, iniciada na década de 1940, pela compra direta de terrenos ou pela incorporação de pequenas mineradoras que atuavam na região (ROJAS, 2014). Essa estratégia teve por finalidade, por um lado, impedir a instalação/concorrência com outras mineradoras de grande porte e criar

um monopólio e, por outro, “reservar” áreas para serem exploradas em momentos de conjuntura favorável (escassez do minério, flutuação de preços das commodities minerais e inovações tecnológicas). Essa estratégia tornou a mineradora um dos principais agentes que potencializou/potencializa transformações espaciais, sociais, ambientais, econômicas e políticas na região (Ibid., p.34).

A construção de um “Espaço da Mineração” (WANDERLEY, 2005) onde a mineradora se estende territorialmente e impõe sua racionalidade não é um fenômeno isolado/raro. Pelo contrário, trata-se de um dos aspectos centrais que configuram as novas relações de poder em curso no período da globalização neoliberal (PORTO-GONÇALVES, 2006). Por meio do controle do território, entendido na sua dupla conotação - material e simbólica - a transnacional exerce a dominação/posse de “áreas geográficas” estratégicas para sua reprodução.

O território não se limita à posse, embora muitas vezes, com ela identifique-se. Controla-se uma “área geográfica”, ou seja, um “território” visando “atingir/afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos” (SACK, 1986, p. 6 apud HAESBAERT, 2005, p. 22). Assim, estrategicamente por meio do controle do território – da sua dominação e apropriação - a transnacional brasileira cria, mantém a ordem e dota de significado grande parte do contexto geográfico necessário para a reprodução do seu espaço de produção.

No Quadrilátero Ferrífero, observa-se que nas últimas décadas, a Vale S.A vem utilizando-se de estratégias formais ou legais de monopolização da terra, ora para a instalação de empreendimentos minerários de grande e pequeno porte, ora para a criação e manutenção de áreas protegidas visando atender as exigências e políticas ambientais internacionais e nacionais. Por meio dessas estratégias, a transnacional garante pelo menos duas diretrizes: a implementação de seus projetos no curto e médio prazo, ou seja, - a exploração de importantes jazidas minerais bem como o controle sobre reservas minerais a serem exploradas futuramente (ROJAS, 2014).

A análise do projeto da mina Apolo ilustra claramente as estratégias de concentração de terras na/da Serra do Gandarela, ora para viabilizar o projeto minerário, ora para a criação de áreas protegidas. Conforme pode ser observado na Tabela 1, a Vale S.A. detém grandes extensões de terras na região e continua adquirindo mais propriedades nos últimos anos. Segundo o EIA/RIMA a área destinada à implantação do projeto da mina Apolo é composta por um mosaico de propriedades constituído por 14 registros de imóveis que somam uma área total de 11.937,27 ha (Tabela 1). Segundo o mesmo estudo das propriedades que compõem a área do projeto, sete pertencem à mineradora e sete correspondem as áreas de terceiros em fase de negociação para aquisição (AMPLIO, 2009).

Tabela 1 – Projeto mina Apolo, descrição das propriedades - 2009

Propriedades	Nome	Proprietário	Área Propriedade (ha)
1	Fazenda Serra Maquiné	Mil melhoramentos Indústria e Investimentos Ltda.	2,413,55
2	Fazenda Maquiné	Sizino Pontes de Paula Lima	1128,5
3	Fazenda Cutão	Vale S.A	1833,97
4	Fazenda Cachoeira		993,9
5	Fazenda Nascentes	Carlos Antônio Macelani	330,61
6	Fazenda Arroio Grande	Irineu Cecacci	346,05
7	Fazenda Mato Grosso	Vale S.A	470,01
8	Fazenda Gandarela		1326,83
9	Fazenda Lopes ou José Pereira	Novelis	43,91
10	Fazenda Mato Grosso		21,22
11	Fazenda Mato Grosso	Vale S.A	359,7
12	Fazenda Lopes		32,19
13	Fazenda Vargem do Lima e Água Limpa	Mineração Morro Velho	2516,78
14	Fazenda Lopes	Vale S.A	119,71
Total			11.937,27

Fonte: AMPLO (2009, p. 69)

A tabela acima registra que a concentração de glebas de terra pela transnacional inicia-se anteriormente à divulgação do projeto da Mina Apolo e conseqüentemente, precede o início do processo de licenciamento ambiental. A aquisição de terras é, portanto, uma das estratégias adotadas pela empresa visando constituir uma fronteira na expansão da mineração. Essa estratégia permite a empresa explorar áreas que lhe pertencem justamente no momento em que as suas melhores jazidas estão em fase de exaustão e em momentos favoráveis para os preços das commodities minerais nos mercados internacionais.

Apesar de que o projeto da mina Apolo deverá utilizar somente uma área total de 1.758 hectares onde serão realizadas as atividades de lavra, beneficiamento e carregamento de minério de ferro (Ibid., p.14), a empresa espera adquirir um total de aproximadamente 12.000 mil hectares na região conforme se observa na tabela 1. Cabe mencionar que para atender as as exigências da legislação ambiental (MINAS GERAIS, 2002), a transnacional precisa de no mínimo o dobro da área do projeto, ou seja, 3.516 ha. Caso a Mina Apolo seja ampliada/

expandida - aumentando sua produção de 24 para 37.5 Mtpa - o projeto minerário deverá ocupar uma área total de 3.552 ha (SEMAD/MG, ICMBio, 2011). Isso significaria a utilização total de 7.000 hectares prevendo a compensação ambiental do empreendimento. Ainda assim restariam 5.000 mil hectares em poder da empresa, o que ilustra a estratégia de monopolização da terra na região, por parte da transnacional brasileira.

Note-se também que todas as propriedades que a empresa já adquiriu ou estavam em processo de aquisição, eram fazendas que abasteciam os centros urbanos próximos. Com a posse dessas propriedades, reduziu-se consideravelmente a produção agrícola na região, diminuíram os postos de emprego de mão de obra local e gerou-se um amplo e profundo reordenamento territorial na Serra do Gandarela. Ilustrando esse processo, um morador da comunidade de Socorro declarou o seguinte: “A serra toda é da Vale. Ela já comprou. Ali tem projeto para 180 anos de serviço”. E acrescentou:

(...) a Serra do Maquiné, que é conhecida como Apolo, lá chama Maquiné. Essa serra pega lá e faz essa volta e termina ali. A Vale acabou de comprar um terreno ali, de (morador), que mora em Barão. Porque? Por que encontrou muito material (minério de ferro). Tem um projeto de 180 anos só dessa Serra ... ***Essa serra toda que você olha, que você enxerga é da Vale. Aqui (Socorro) está ficando só o miolo, só o miolo da rua.*** Meu terreno aqui faz divisa com ela (a Vale). Eu não vendi para ela (a Vale). Ela (a Vale) me propôs mas eu não quis vender. Eu não tenho interesse nenhum de vender, fica ai para os netos (Morador, comunidade de Socorro, junho 2013)

Com relação aos preços auferidos com a venda dos terrenos, um apicultor respondeu que desconhecia os valores pagos pela empresa e acrescentou que “*se ela interessa paga bem, agora, se ela não tem interesse é tudo banana*”. Questionado a propósito do tamanho das terras adquiridas pela empresa, o apicultor revelou o seguinte: “*Eles (os representantes da Vale) querem assim: compra 30 ha aqui, na frente mais 40, depois mais 100. Vai ligando, vai fazendo um corredor, só fechando nós (os apicultores)*”. Como se observa, existe uma falta de informação mais precisa quanto aos reais valores auferidos no mercado imobiliário que combinado ao silêncio em relação aos valores pagos pela terra e ao tamanho das áreas sobre as quais existe “supostamente” interesses gera incertezas e desconfiças. Também percebemos que os moradores desconheciam os reais objetivos da compra e concentração de terras da região nas mãos da empresa. Apesar dos representantes da Vale S.A terem realizado algumas reuniões nas comunidades locais, eles não foram perguntados em momento nenhum se aceitavam e concordavam com o empreendimento.

Verificamos também que a maioria dos moradores desconhecia a magnitude dos projetos, as informações sobre os impactos ambientais e sociais dos empreendimentos restringia-se a impactos nos cursos d'água. Além disso, os moradores locais não tinham clareza em relação ao tamanho e localização das áreas que seriam atingidas diretamente pelo projeto minerário, nem quanto as áreas que seriam destinadas às reservas ambientais. Os depoimentos revelaram que os moradores tinham ciência de que seu território estava ficando cada vez menor e de que a Vale S.A estava se tornando a “dona do pedaço”.

Os efeitos da compra e concentração de terras da região, em poder de uma única mineradora, modificaram a dinâmica de reprodução e os modos de vida das comunidades locais. Essa situação gerou repercussões e desequilíbrios na oferta de postos de emprego na região:

(...) acho que o que está acontecendo é muito perigoso. ***A Vale não está procurando e comprando pequenas propriedades. Então ela está comprando as áreas dos empregadores e com isso vai gerando desemprego.*** Então na área onde ela pretende montar o projeto Apolo, ela comprou o terreno de Carlos Mackillaine, que tinha lá uns 40 funcionários, ele trabalhava com eucalipto. Então esses funcionários ficaram desempregados, são tropeiros, são serradores, são pessoas que trabalham na desgalha do eucalipto, com o roçado, tem mulheres que ‘roçam’. Então essas pessoas para mim não tem chance de emprego nas mineradoras e estão desempregadas. ***E já ocorreu aqui na região que eles prometem gerar dois mil empregos mas eles já desempregaram muita gente. Na região toda talvez deve ter uns mil desempregados por essas compras de terra, porque quando compram para fazer reserva também na reserva da Vale ninguém entra, ninguém faz nada.*** (Morador, comunidade de André do Mato Dentro, janeiro 2013)

O depoimento acima desmistifica um dos elementos centrais que legitimam o *discurso do desenvolvimento minerário* (COELHO, 2012) que é, justamente, a geração de postos de trabalho para os moradores locais onde as mineradoras operam. Ao contrário, a mineração trouxe desemprego para grande parte dos trabalhadores rurais ocupados em fazendas e propriedades de médio porte. Esses trabalhadores, com experiência tão somente nas atividades do campo, perderam seus empregos, perante a carência de qualificação e experiência para trabalhar em outros setores.

A implantação dos projetos de mineração na região da Serra do Gandarela (como o projeto da mina Apolo) reduziu não só os postos de trabalho no campo mas inviabilizou a prática de atividades econômicas dos moradores locais, tais como a apicultura e o extrativismo. O controle sobre o território – por meio do monopólio das terras – por parte da mineradora comprometeu suas formas de vida e a manutenção de conhecimentos, práticas e técnicas tradicionais de manejo

da terra e dos recursos naturais - a sociodiversidade. Além dessas alterações no cotidiano dos moradores locais, percebemos que uma parte das terras adquiridas pela empresa - principalmente aquelas com fragmentos de mata atlântica e espécies animais em extinção - ficaram “paradas” sendo destinadas pela empresa para a criação e implantação de Reservas Naturais do Patrimônio Natural (RPPN).

O aumento considerável da quantidade dessas reservas naturais em poder da mineradora, um total de 17 no Quadrilátero Ferrífero (VALE, 2013), está relacionado não só às disposições previstas na legislação ambiental como também a viabilização e legitimação de empreendimentos “ecologicamente corretos” perante o conjunto da sociedade. A criação de áreas de proteção ambiental por parte das mineradoras funcionam como instrumento de marketing ambiental e servem como mecanismos de agregação de valor a suas mercadorias constituindo também espaços de reservas de commodities para o futuro (EUCLYDES, 2012; WANDERLEY, 2005). Desse modo, a incorporação do discurso e práticas da proteção ambiental por parte de empresas como a Vale S.A – por meio da criação de reservas ambientais – não só contribui para auferir vantagens como também para proteger seu espaço de produção no futuro (EUCLYDES, 2012).

Essas constatações são confirmadas por Wanderley (2005) quando averiguou a atuação de empresas mineradoras no estado do Pará. Segundo o autor, as transformações territoriais ocorridas nessa região são reflexos do jogo de interesses das empresas mineradoras que incentivam e apoiam a criação de Unidades de Conservação (UC) com o “objetivo de proteger seu entorno de futuras ocupações e preservar as reservas de capital ali existentes a partir de um discurso de proteção ambiental” (WANDERLEY, 2005, p.16460). Desse modo, as mineradoras – ao apoiarem a criação de UC – tornam-se órgãos fiscalizadores que promovem a segurança dos recursos naturais e do território, impedindo, portanto, a exploração dos recursos e a formação de novos territórios que poderiam vir a ameaçar os projetos de exploração mineral (Ibid., p.16460). Em outras palavras, trata-se de uma estratégia de reserva de mercado para futura exploração que pode ser comandada pelo próprio mercado ou conjunturas políticas e ambientais que exijam ou não a utilização dessas áreas mantidas em estoque.

Na Serra do Gandarela não foi diferente. Visando proteger as áreas destinadas às reservas ambientais, a Vale S.A adotou uma postura autoritária e intransigente conforme expresso no depoimento a seguir:

“Ela (a Vale S.A) não está dando conta de legalizar o que ela comprou. Ela comprou muita terra. Ela cresceu o olho. O patrimônio dela é grande demais ... tudo é da Vale. Ela estão querendo fazer reservas. Essa Serra aqui, que beira o Rio por baixo, faz divisa com o Caraça, vira lá

no Capanema na Fazenda Coca-Cola, a volta para acá para a Serra do Gandarela é tudo da Vale. ***É para fazer reserva: não mexe com nada. Fizeram umas pesquisas dos bichos que existem ai dentro. No patrimônio da Vale tem muito bicho.*** Eu fiquei quase um mês andando com eles ai, mostrando as cavernas. ***Mas eles não gostam que ninguém entre. Tem uns motoqueiros que passam fazendo trilha, elas barram eles. Não gostam que passem nem os motoqueiros. Não deixam entrar para tirar musgo, areca. Ninguém pode explorar nada não. Eles não deixam entrar ninguém***” (Morador, comunidade de Conceição do Rio Acima, julho 2013)

Da mesma maneira que esse morador, outros entrevistados afirmaram que nas áreas da Vale S.A. ninguém podia entrar, o acesso era vetado. Mesmo os moradores locais, que sobrevivem da extração e coleta de produtos naturais como atividades de complementação de renda, eram impedidos de ultrapassar os limites extensos das áreas da empresa que eram assegurados por meio de equipes de segurança privada, conforme relata uma moradora:

“Na área da Vale a vigilância é mais acirrada. Tem segurança que quando encontra a gente tirando musgo nem pede para retirar. Eles chamam a polícia, leva a pessoa pressa. Leva a mercadoria da pessoa. As vezes querem fazer um papel que não é deles. Um papel que é da polícia militar ou da polícia florestal” (Moradora, comunidade de André do Mato Dentro, janeiro 2013)

Além de reduzir as fontes de renda das famílias, essas interdições constituíram também uma certa violência simbólica necessária para a transnacional se territorializar e inibir as visitas. Desse modo, por meio de políticas e estratégias formais ou legais de controle territorial, a mineradora progressivamente vai monopolizando as “áreas geográficas” necessárias aos seus empreendimentos minerários ou a criação de áreas protegidas, que garantiram e viabilizaram seus empreendimentos e as commodities futuras. Assim, atingindo, influenciando e controlando não só terras mas pessoas, fenômenos, eventos e relacionamentos a empresa impõe sua racionalidade, vontade, destino e se territorializa.

3 ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS “PARALELAS” DE CONTROLE TERRITORIAL: COMPLEMENTANDO O *MODUS OPERANDI* DA TRANSNACIONAL BRASILEIRA NA SERRA DO GANDARELA

Para além da compra e concentração progressiva de terras na região, a Vale S.A. adotou políticas e estratégias que poderíamos chamar de complementares a fim de expandir seu controle territorial e legitimar sua presença na Serra do

Gandarela. Observamos ser uma constante a cooptação de moradores locais, o atendimento direto e indireto às demandas das comunidades locais e o “diálogo administrado” visando influenciar e persuadir pessoas, processos e fenômenos. Segundo a empresa, tais políticas e estratégias fazem parte de um modelo de governança que integra “projetos e operações, possibilitando o planejamento e o tratamento mais eficaz de questões sociais” (VALE, 2012, p.45). As políticas e estratégias objetivam minimizar, mitigar e compensar os impactos sociais negativos das suas atividades e, na medida do possível, deixar um “legado positivo” nas regiões onde a empresa atua. Resta saber o que ela considera como positivo o que certamente não é compartilhado com os demais usuários e/ou moradores locais. Há então a construção/repetição de um discurso aurático, o discurso da continuação, da manutenção da ordem e das relações de poder.

Assim, por meio de um modelo de governança que inclui o gerenciamento das manifestações e demandas das comunidades, a promoção do desenvolvimento local e a garantia de mecanismos de diálogo, a empresa objetiva obter sua “licença social” (Ibid., p.45). Denominadas ações de “responsabilidade empresarial”, essas estratégias objetivam a diminuição ou eliminação do “risco social” dos projetos de exploração aflorados e/ou acirrados de acordo com sua magnitude e comunidade afetada. Em outras palavras, por meio dessas políticas e estratégias a empresa visa fragmentar e/ou eliminar resistências deixando o “terreno limpo” para impor sua racionalidade e se territorializar. Em suma, essas iniciativas invisibilizam o outro em suas possibilidades de existência e reprodução.

Um primeiro conjunto de estratégias empreendidas pela Vale S.A identificado na Serra do Gandarela esteve relacionado à busca de apoio da população local para executar seus propósitos. Desse modo, seguindo o protocolo da empresa, as manifestações e demandas das comunidades locais passaram por um processo de “recebimento, análise, resposta e execução (ou negação), e conclusão” (Ibid., p.46). Das demandas das comunidades locais da Serra do Gandarela, oriundas a partir dos impactos gerados pelo projeto da Mina Apolo e de outros empreendimentos da empresa na região, contemplaram-se anseios diversos tais como: o apoio econômico para a realização das festas tradicionais locais; reformas das igrejas das comunidades; manutenção das estradas que dão acesso às comunidades; criação de programas de capacitação profissional; cursos de geração de emprego e renda para mulheres; instalação de equipamentos para controlar a qualidade do ar, dentre outros.

O resultado esperado pela mineradora ao atender as demandas comunitárias foi justamente o de estreitar as “relações comunitárias da empresa”, conquistar a confiança e ganhar o apoio da população local atingida pelos empreendimentos

minerários. A incorporação de “preocupações ambientais e sociais” e de ações de “responsabilidade ambiental e social” por parte da Vale S.A pode ser compreendida como uma característica da fase ecológica do capital que se expressa na conquista simbólica da natureza (por meio de criação de áreas protegidas) e nas parcerias e acordos com as comunidades locais (ESCOBAR, 1995).

Essas ações proporcionam a construção do marketing ambiental e social da empresa por meio de uma imagem social e ambientalmente correta. Dessa forma, por intermédio da internalização das condições de produção (natureza, trabalho humano, espaço urbano) para a reprodução do capital aliada às ideologias de proteção ambiental e/ ou criação de oportunidades de emprego a Vale S.A atinge o sucesso na proteção do seu espaço de produção e sua ampliação no futuro.

Conforme verificamos, essas ações de “responsabilidade social” promovidas pela mineradora não tiveram por objetivo principal a preocupação com a melhoria da vida das comunidades afetadas, mas pelo contrário, combater o risco de instabilidade institucional. Em outras palavras, essas ações denominadas também como “políticas de resignação” almejavam neutralizar a crítica social e o descontentamento popular. Elas ofertaram “respostas limitadas por meio de gestos simbólicos de compensação ou mitigação, aproveitando-se do vazio do Estado” na garantia de direitos básicos como saúde, educação, moradia, locomoção, etc (ACSELRAD, 2014). Tratam-se, portanto, de ações sociais ineficazes pois negligenciam os direitos sociais e geram cada vez mais injustiças sociais ao proporem muito mais uma distribuição de serviços que o próprio Estado deveria arcar do que o reconhecimento do cidadão de direitos.

Conforme lembra Chauí (1994, p. 28), um direito difere-se de uma necessidade ou carência, como também de um interesse:

Uma carência é sempre específica e particular, não conseguindo generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito sem deixar de ser privilégio. Um privilégio é sempre particular e específico, não pode generalizar-se num interesse comum nem universalizar-se num direito sem deixar de ser privilégio. [...] Um direito, ao contrário de necessidades, carências e interesses, não é particular e específico, (...) [mas] válido para todos os indivíduos, grupos e classes sociais. [...] A democracia funda-se na criação, reconhecimento, garantia e consolidação de direitos. O autoritarismo social e a divisão econômica sob a forma da carência e do privilégio bloqueiam a emergência de uma sociedade democrática.

Além das ações que buscaram o apoio da população local, outra estratégia utilizada pela empresa na Serra do Gandarela foi a instalação de mecanismos de diálogo e negociação com segmentos sociais específicos visando legitimar sua atuação e viabilizar seus empreendimentos minerários. O diálogo com

setores sociais definidos como “estratégicos” por parte da Vale S.A manifestou-se no desejo em apoiar uma das principais atividades econômicas da região: a apicultura. Desse modo, a transnacional brasileira iniciou um processo de diálogo e negociação com apicultores de duas comunidades locais localizadas na Área de Influência Direta (AID) do projeto da Mina Apolo. As negociações objetivaram a retirada de “interferências” da sua área de produção mineral bem como conseguir aliados específicos nas comunidades. Essa empreitada alcançaria parte significativa dos trabalhadores livres sem os desenraizar de seu modo de vida e evidenciava ao mesmo tempo a situação de vulnerabilidade deles.

As negociações entre a transnacional brasileira e os apicultores da região iniciaram-se em 2010 e finalizaram em outubro de 2012 com a assinatura de um contrato – com duração de três anos. O contrato estipulava que os apicultores portassem camisetas e se identificassem com crachás para entrar nas áreas da empresa e também previa a realocação dos apiários localizados próximos da área da mina Apolo. Para efetuar a transferência dos apiários, os apicultores receberam um auxílio financeiro de R\$ 11.154,00 para a compra de 150 caixas de madeira, a fim de proceder a mudança dos apiários para novas áreas oferecidas pela mineradora.

Apesar de os apicultores terem recebido recursos suficientes para comprar as caixas e, assim, facilitar a realocação dos seus apiários, o contrato parece não os ter deixado satisfeitos. Os apicultores reclamaram da atuação da empresa que ofereceu áreas para realocar os apiários, mas omitiu o fato de que essas áreas já possuíam abelhas. Desse modo, o discurso da empresa pautou-se pela dissimulação, isto é, um mecanismo de operacionalização das ideologias que oculta, nega e/ou obscurece informações importantes com o objetivo de manter as relações de dominação (THOMPSON, 1989).

Além disso, na tentativa de minimizar os impactos dos empreendimentos de mineração e de assegurar sua viabilidade, a transnacional brasileira acabou por ignorar as normas locais (termos/códigos) dos apicultores. Com tal postura, a empresa os colocou num clima de incertezas e tensão face à continuidade de suas atividades econômicas. Jogados a sorte, os contratos podem ser interpretados como concessões, e não direitos, posto que poderão ser alterados/revogados pela empresa quando assim o considerar necessário. As hesitações afloram incidindo negativamente no cotidiano dos apicultores já que encontram-se em relações desiguais de poder.

O contrato com os apicultores permitiu “limpar” a área de produção da mineradora de “interferências” e também pode ser interpretado como uma estratégia da empresa para ganhar aliados, viabilizar e legitimar social

e politicamente seus empreendimentos. A atuação da mineradora pode ser entendida como uma estratégia de manipulação (HERMAN; CHOMSKY, 2003), uma vez que cria problemas e depois oferta soluções em conformidade com a conveniência de seus interesses. Nesse formato, ela mantém os apicultores numa relação de dependência e os nutre permanentemente com a insegurança sobre sua situação presente e futura. O depoimento de um apicultor explicita a estratégia de manipulação na região:

(...) é novidade essa negociação da Vale com os apicultores, deixando a apicultura dentro do terreno dela. Eu acho que é por um tempo. Eles já tentaram que o pessoal assinasse (um contrato) e fosse por três anos... porque quando o terreno era de particulares eles tinham as abelhas lá instaladas. ***Para (a Vale S.A.) não jogar essa comunidade, esse grupo de apicultores, essa atividade econômica contra eles, para ter eles como aliados, esses apicultores como aliados, é que eles estão fazendo essa concessão.*** Na minha visão é isso. ***No dia que eles já tivessem lá sacramentada a mina Apolo, já tivessem sacramentado os interesses deles, eu duvido que alguém permaneça com atividades na área da Vale S.A. Porque eles nunca deixaram, sempre cercaram tudo. Não deixam ninguém entrar, são intolerantes com qualquer atividade.*** Não deixam o pessoal tirar musgo (Morador, comunidade de André do Mato Dentro, janeiro 2013)

Os questionamentos acima reaparecem nas reclamações dos apicultores quanto a atuação autoritária da empresa que ignora os costumes locais e a liberdade desses apicultores. Ela os obriga a usarem crachás e vestirem camisetas da empresa para ingressar em seus terrenos. Os apicultores sofrem ainda obstruções nas práticas da apicultura nas áreas que a empresa concede para a realização da atividade. Os criadores de abelha revelam o descaso e a negligência quanto aos seus conhecimentos e experiência sobre o manejo de abelhas e a proibição da presença de apiários próximos as estradas vicinais, uma prática recorrente por décadas na região.

Verificamos, portanto, que os mecanismos de diálogo utilizados pela empresa para garantir a “licença social” para operar foram permeados por autoritarismo, silêncios e descaso com os apicultores locais. A empresa desconsiderou a relação dos apicultores com o território, seus aspectos simbólicos, morais e afetivos. Conforme reconheceu um morador local, essas práticas de “interação social inclusiva e participativa” e de “cooperação mútua” propagadas pela empresa, podem ser lidas como estratégias empresariais para reunir aliados nas comunidades locais e se territorializar com maior consenso.

Por último, outra estratégia aplicada pela transnacional na região da Serra do Gandarela objetivou a fragmentação da resistência e a minimização/anulação

do “risco social”. Para garantir o controle territorial na Serra do Gandarela, a transnacional implementou ações de “inteligência corporativa” (ACSELRAD, 2014) dividindo as comunidades e eliminando a capacidade de organização e mobilização dos moradores locais, ilustradas na declaração a seguir:

(...) muitos disseram que eles (a Vale) viriam dividir a comunidade. Que uma das estratégias deles era dividir a comunidade. E eu acredito que as pequenas mineradoras, com suas promessas (de geração de empregos), fazem parte dessa estratégia de divisão, quanto a todo um trabalho feito de longo prazo pela Vale. Eles (a Vale) puseram uma pessoa aqui (em André do Mato Dentro) que ficou um tempo falando que estava olhando poeira de caminhão para ver pontos onde ia jogar água. Essa pessoa pelo que eu ouvi dos outros, ***era um investigador, investigando quem era líder, quem não era, quem era quem, para depois ele saber em quem chegar, como chegar, quem aceitaria um apoio para a festa, para a igreja e trocaria esse apoio para a festa e para a igreja num apoio a mineração*** (Morador, comunidade de André do Mato Dentro, janeiro 2013)

A estratégia da Vale S.A de fracionar e dividir as comunidades onde atua delinea situações de intransigência, agressividade, autoritarismo, espionagem e violação aos direitos humanos e ao meio ambiente. Inúmeras são as denúncias de violações de direitos humanos no Brasil e em outros países onde a empresa mantém operações. Essas denúncias culminaram com a Articulação internacional dos Atingidos pela Vale S.A. que desde 2012 publica anualmente o Relatório de Insustentabilidade da Vale S.A em contraponto ao seu Relatório de Sustentabilidade (AIAV, 2014).

No Gandarela, a “inteligência corporativa” pretendeu obter informações sobre as lideranças locais com o objetivo de gerar divisões entre as lideranças locais mais críticas e as comunidades e cooptar as lideranças que demonstravam menor poder de resistência aos empreendimentos de exploração mineral. Além dessas ações, a transnacional também estimulou divisões entre as próprias famílias das comunidades colocando em oposição seus membros no que se refere a ponderação quanto aos empreendimentos da Vale na região e as “vantagens/benefícios/custos” auferidos com esses projetos minerários em diferentes escalas: individual, familiar, comunitária e ambiental. Ações de espionagem emergiram também durante encontros e caravanas organizados por movimentos ambientalistas às comunidades locais da Serra do Gandarela (ROJAS, 2014).

Essas estratégias de administração e controle dos “riscos sociais”, das resistências das comunidades e das vozes dissonantes contribuíram para fragmentar, desarticular e minimizar a organização e mobilização das comunidades locais e dos movimentos ambientais. Além de evitar que o empreendimento

minerário fosse inviabilizado ou o projeto paralisado nas fases subsequentes, essas estratégias se voltaram a garantir o controle territorial da Serra do Gandarela.

A relação histórica das comunidades locais pesquisadas com a transnacional tem deixado marcas negativas, dúvidas e descrédito a respeito da sua atuação como assinala uma moradora:

(...) a gente foi numa reunião no André. Quem fez foi o pessoal da Vale. Eu lembro que o meu marido, chegou perto de um homem que estava nessa reunião e começou a falar com ele. Que o pessoal (da Vale) não ajuda muito, que por que a Vale não dá mais opção para outros apicultores, que o apicultor está aí para ajudar a preservar a natureza. Na hora que o homem saiu de perto do meu marido um outro chegou perto e falou assim: “Preocupa não, é besteira.” Quer dizer, eles nem estavam prestando atenção para o que os apicultores estavam falando. Na hora que eu vi aquilo, pensei, ficar indo em reunião para que? O que esse povo quer é o quê. Tirar foto, pôr em mural, pôr em jornalzinho que está fazendo. ***Dão um lanchinho, adoram fazer uma reunião e dar um lanchinho, e ficar tirando foto da gente lá lanchando. Acabou que a gente não foi mais em reunião.*** Porque esse pessoal não dá muito ouvido para a gente. ***Esse pessoal da Vale parece que eles já vão com o princípio, o meio e o fim da reunião, o que vai ser decidido depois e pronto, e assim é complicado*** (Apicultura, comunidade de Socorro, janeiro 2013)

No depoimento acima podemos perceber que a apicultura reconhece, tece críticas e se indigna com as estratégias utilizadas pela Vale S.A de manipulação das reuniões com a comunidade ao ponto de colocar em questão a importância de se participar das mesmas. Ou seja, ela percebe que as reuniões não são realizadas com o intuito de resolver os conflitos e sim com o sentido de legitimar as estratégias de “marketing social e ambiental” da empresa. Conforme indica Leroy (2010) essas estratégias de cooptação, legitimação e busca de apoio comunitário executadas por grandes empresas como a Vale S.A são utilizadas tanto para aumentar o “marketing empresarial” como “para a governança e manutenção de uma certa paz social através do diálogo ao redor de detalhes e de ações pontuais, eliminando o exercício da política” (LEROY, 2010, p. 99).

CONCLUSÃO

Os embates da Vale S.A e o amplo processo de controle territorial na Serra do Gandarela nos últimos anos ilustram imbricações estreitas entre espaços, políticas e estratégias. Por meio de políticas e estratégias formais - compra de terra para instalação de empreendimentos minerários e/ou criação de áreas protegidas - e complementares - para garantir o apoio local, conquistar segmentos

sociais específicos e fragilizar e/ou eliminar manifestações de resistências - a transnacional brasileira vem assegurando cada vez mais o acesso e controle territorial e a reprodução do seu espaço de produção no Quadrilátero Ferrífero.

Esse processo está vinculado à ampliação da demanda internacional por minerais e à valorização das *commodities* no mercado internacional. Nessa conjuntura de demanda internacional por minérios a Vale S.A se destaca por sua política expansionista e agressiva no Quadrilátero Ferrífero. Apesar do montante de minérios e capital mobilizados, o sucesso da mineradora não se repete nos indicadores sociais e ambientais dos municípios e comunidades locais onde opera. A instalação de grandes empreendimentos de mineração na região bem como a criação de espaços de reserva futura contribuem para interferir e alterar a continuidade e reprodução dos modos de vida das comunidades locais conforme analisado. Desse modo, territórios antes “resguardados da mineração” como a Serra do Gandarela, experimentam conflitos, pressões, tensões, negligências e violações de direitos em função de seu reordenamento territorial.

*A política surge no entre-os-homens;
portanto, totalmente fora dos homens.
Por conseguinte, não existe nenhuma
substância política original. A política surge
no intra-espaço e se estabelece como relação.
(Hannah Arendt)*

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Estratégias empresariais e militares de controle de território. **Le monde diplomatique-Brasil**. São Paulo, Edição 82, Maio 2014.

AIAV, Articulação internacional dos Atingidos pela Vale. Disponível em: <https://atingidospelavale.wordpress.com/>. Acesso em: 02/02/2014

AMPLIO, Treinamento e consultoria Ltda. **Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental do Projeto Mina Apolo (EIA/RIMA PROJETO APOLO)**. Belo Horizonte, [s.n.], 2009, 2569 p.

ARENDT, Hannah. **O que é Política?** Rio de Janeiro: Bertrand, 2004; p. 21-24

BRASIL MINERAL. As maiores empresas do setor mineral (Edição Especial). São Paulo: Signus Editora Ltda, No. 331, Jul. 2013, 140 p. Disponível em: <http://www.brasilmineral.com.br/bm/revista/331/>. Acesso em: 03/02/2014

CHAUÍ, M. Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, E. (Org). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 19-30.

CNI, DIRET, IBRAM. **Mineração e economia verde**. Brasília: CNI, 2012, 69 p.

COELHO DE SOUZA, C. Leituras de Henri Lefebvre para os estudos iniciais sobre o conflito ambiental na Serra do Gandarela: o espaço da resistência? In: XV ENCONTRO DA ANPUR, 2013, Recife. **Anais...** Recife: ANPUR, 2013, p. 1-17.

COELHO, T. **Mineração e dependência no Quadrilátero Ferrífero - Aquífero: o discurso do desenvolvimento minerador e o projeto Apolo**. 2012. 178 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em ciências sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ESCOBAR, A. El desarrollo sostenible: diálogo de discursos. **Ecología Política: Cuadernos de debate Internacional**. Barcelona: Icara, n. 9, p. 7-26, 1995.

EUCLYDES, A. C. **Proteção da natureza e reprodução da natureza: política, ideologia e diversidade na criação de unidades de conservação na periferia sul de metrópole Belo-Horizontina**. 2012. 222 f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

HAESBAERT, R. Da desterritorialidade à multiterritorialidade. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 6774-6792.

HERMAN, E; CHOMSKY, N. **A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia**. São Paulo: Editora Futura, 2003, 470 p.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 04/04/2013.

IBRAM. **Informações e análises da economia mineral brasileira**, 7ª. Edição, Brasília: IBRAM, dezembro 2012, 68 p.

IGEL, D; GAZZINELLI, G; CARVALHO, J; ROCHA, M; BAPTISTA, P; RODRIGUEZ, P. **Parque Nacional da Serra do Gandarela. Oportunidade de riqueza limpa e para toda a vida**. Belo Horizonte: [s.n.], 2012, 217 p.

LAMOUNIER, W. **Patrimônio natural da Serra do Gandarela e seu entorno: análise ambiental como subsídio para a criação de unidades de conservação no Quadrilátero Ferrífero – Minas Gerais**. 2009. 152 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LEROY, J. P. Amazônia: territórios do capital e territórios dos povos. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K (Org). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 92-113.

MALERBA, J; MILANEZ, B; WANDERLEY, L. J. **Novo Marco Legal da Mineração no Brasil: Para quê? Para quem?** Rio de Janeiro: FASE, 2012, 162 p.

MARQUES, M. I. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, Ano 18, n. 19, p. 95-112, 2002.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007, 379 p.

MINAS GERAIS. Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002. Dispõe sobre as Políticas Florestal e de Proteção à Biodiversidade no Estado. **Diário Oficial**, Belo Horizonte, 20 jun. 2002. p.3.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 461 p.

ROJAS, C. M. **Os conflitos ambientais na Serra do Gandarela na perspectiva das comunidades locais**. 2014. 200 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SACK, R. 1986. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press.

SEMAD/MG, ICMBio. ATA da Reunião GT 1. Belo Horizonte, 2011

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1989, 427 p.

VALE S.A. **Relatório de Sustentabilidade / 2012**. Disponível em:<http://www.vale.com/PT/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/relatorio-de-sustentabilidade-2012.pdf>Acesso em: 05/08/2013

VALE, S.A. **Informativo trimestral da Vale em Mariana, Ouro Preto e Catas Altas**. Ano 3- No. 8- Abril/Maio/Junho2013

WANDERLEY, L. J. As múltiplas relações espaciais de poder no espaço da mineração. X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005, p. 16449-16472

Texto submetido à Revista em 25.03.2015
Aceito para publicação em 07.08.2015

